

# **TURISMO ARQUEOLÓGICO: PRESPECTIVAS PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E PARA A VALORIZAÇÃO SOCIAL.**

Neuvânia Curty Ghetti

Homem, ambiente e sociedade são instâncias que se completam e não podem ser observados de forma dissociada. Existe uma relação dialética entre eles, uma interpenetração que os transforma em realidades concretas e não meras generalizações e abstrações. Sobre esta relação homem-meio ambiente é importante observar que, para além, do ato de intervir com vistas apenas à preservação e à conservação em relação ao meio-ambiente e ao patrimônio cultural (material e imaterial), é necessário também à melhoria da qualidade de vida e de trabalho humano.

As questões relativas ao patrimônio cultural, arqueológico e à vida da população local estão interligadas e derivam de concepções acerca do conceito de cidadania. A idéia geral que norteia esta proposta de trabalho, em relação à inclusão social em áreas protegidas, é que o conhecimento do passado deve ser viabilizado em benefício do presente.

O turismo cultural, no qual está inserido o turismo arqueológico, possui a faculdade implícita de revelar a identidade de um território e as qualidades de uma cultura local, fixando imagens e mensagens em experiências, por meio da visitação a seus sítios.

Nesse contexto, se insere a arqueologia pública e este espaço público pode ser considerado o lugar onde a memória se constrói. É no domínio público que os indivíduos tecem suas redes de significados com os símbolos a sua volta e constroem suas histórias e seus referenciais (AZEVEDO apud BEZERRA DE ALMEIDA, 2003).

Verifica-se, contudo, que existe um desconhecimento, praticamente integral, por parte da comunidade local, do valor cultural dos bens arqueológicos descobertos e, para que a valorização destes bens possa acontecer, o estímulo à conscientização deve começar pela própria comunidade local. Esta é contribuição da arqueologia pública, que é voltada ao relacionamento entre a pesquisa e o manejo de bens culturais com os grupos sociais envolvidos, de forma a promover a participação da sociedade na gestão de seu patrimônio arqueológico e histórico através de processos que envolvam práticas educacionais e turísticas.

O patrimônio arqueológico, nesta perspectiva, justifica-se como uma referência “dupla face”. Além de ser uma referência ao passado, é uma referência do presente, porque, segundo

BEZERRA DE ALMEIDA (2003) é no presente que são estabelecidas as relações entre os indivíduos e o patrimônio, que os interesses de grupos sociais distintos elegem o seu patrimônio e, também, que os órgãos públicos decidem o que é o patrimônio público.

O objetivo deste trabalho é mostrar como as práticas realizadas pela pesquisa arqueológica podem ter significativa importância na valorização dos grupos sociais viabilizando o conhecimento do passado em benefício do presente e retornando este conhecimento para a comunidade local.

Para o desenvolvimento metodológico desta reflexão tomamos como base projetos que incluem a pesquisa arqueológica, no âmbito da arqueologia de contrato ou preventiva, e também da arqueologia pública, que se realizaram por meio de práticas turísticas e de práticas educativas formais e informais.

A arqueologia pública entra, portanto, como uma importante parceira para o desenvolvimento do turismo cultural, na medida em que esse patrimônio estabelece o elo entre o passado e o presente, despertando o sentimento de identidade e desencadeando o processo de identificação do indivíduo com a sua história e cultura.

Nesta pesquisa, selecionamos alguns programas que envolvem experiências em ações desenvolvidas junto a grupos sociais distintos contemplando aspectos voltados à educação, divulgação, valorização social e preservação.

- Em Cabo Frio, no estado do Rio de Janeiro, registramos a Associação de Turismo Ecológico Integrado à Arqueologia, cujo objetivo é divulgar pesquisas sobre o Patrimônio Ecológico e Arqueológico, assim como defender, preservar e atuar na sua conservação, através de projetos e atividades em todos os níveis da Educação, da Cultura e do Turismo, buscando, fundamentalmente, a consciência ambiental e o desenvolvimento sustentado.

- Na região metropolitana do Recife, temos o exemplo da Sesmária Jaguaribe. O desenvolvimento do potencial da área não busca somente o lazer para os moradores locais, mas a transformação em um ponto de cultura, conhecimento, divulgação da história e das tradições, das manifestações culturais e religiosas.

- Em Brasília, o Programa de Resgate do Patrimônio Arqueológico e de Gestão do Patrimônio Cultural da área diretamente afetada pela implantação do interceptor e emissário de esgotos do sistema Melchior no Distrito Federal abrange Ceilândia e Samambaia e Taguatinga, região que reúne uma população de aproximadamente um milhão de habitantes. São consideradas cidades-dormitório, que apresentam inúmeros problemas relacionados à expansão desordenada e a ausência de planejamento urbano. É, nesse contexto urbano marcado pela pobreza e pela exclusão, pela luta por moradia, que se coloca o desafio de (re)tornar ao

público local os conhecimentos e descobertas realizadas pelo trabalho de resgate dos Sítios Arqueológicos encontrados na área diretamente impactada pelo empreendimento.

O sentido de patrimônio advém da importância em se traduzir para a esfera do imaginário coletivo, do simbólico, as transformações sociais que acompanharam as constituições dos estados modernos da sociedade (SOUZA, 2002).

Assim, é necessário que, ao se traçar políticas públicas de preservação, levamos em conta a apropriação, isto é, a identificação deste universo simbólico pela população (FONSECA, 1997).

Desse modo, por exemplo, é necessário, ao se trabalhar com o patrimônio cultural, considerar as discussões da Agenda 21, que no tema “Cidades Sustentáveis” têm como objetivo central *o crescer sem destruir* (BEZERRA & FERNANDES, 2000).

Uma prova que a ação da população vem tomando força é o crescimento do número de ONG's, voltadas para o meio ambiente, sendo estas funcionais e comprometidas, as quais colhem bons frutos de programas, inclusive, os educacionais, envolvendo diretamente a comunidade.

Nos últimos anos verificamos que, cada vez mais, cresce o número de projetos integrados, onde a arqueologia se preocupa, além dos interesses científicos com a preservação dos sítios arqueológicos preocupa-se também em envolver as comunidades locais trazendo, mesmo que às vezes de forma pontual, benefícios para estas comunidades através da atividade turística e da preservação do patrimônio arqueológico. É preciso pensar políticas integradas de preservação do patrimônio natural, histórico- cultural e, sobretudo, desenvolver ações que permitam a inclusão da população local como agente ativo nesse processo.

No estudo das identidades culturais e da memória individual e coletiva dos atores sociais em relação às suas vivências cotidianas, procurando, mobilizar as comunidades locais para a participação nos projetos, as pessoas vão se dando conta de que não estão falando de algo exterior ou distante delas.

Neste processo permanente e sistemático, os sítios e os vestígios arqueológicos, além da sua materialidade concreta, possuem significados simbólicos que se acumularam ao longo de sua existência e que são fontes primárias de conhecimento e transformação individual e coletiva.

A relação entre os diferentes grupos sociais e o seu patrimônio cultural, portanto, está intrinsecamente ligada à identidade. Para que o indivíduo construa e assuma sua identidade, é preciso que dê significação à realidade ao seu redor. É essencial a formação de um olhar crítico sobre as coisas. Isto permite que o indivíduo abandone a sua condição de

subserviência, de passividade e torne-se cidadão apto a pensar certo e a transformar sua realidade (FREIRE, 2001).

O patrimônio arqueológico brasileiro, ao ligar-se a todas essas questões, funciona com um eixo articulador onde as práticas em pesquisa arqueológica retornam à comunidade local, no mínimo o sentimento de pertencer a um lugar, o que é um forte argumento, além do direito de todo indivíduo à reapropriação de seu patrimônio cultural.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BEZERRA DE ALMEIDA, M. O Australopteco Corcunda: as crianças e a arqueologia em um projeto de arqueologia pública na escola. 2003. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, USP; São Paulo.

BEZERRA, M. C. L. & FERNANDES, M. A. Cidades sustentáveis: subsídios à elaboração da Agenda 21 brasileira. Brasília: IBAMA, 2000.

FONSECA, M. C. L. Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ – IPHAN, 1997.

FREIRE, P. Educação e mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

SOUZA, C. B. O SPHAN e a construção do Patrimônio Nacional Brasileiro. 2002. Monografia – Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; São Paulo.